

□ FANTASMA DO MERCADO MUNDIAL*

Michael Husson

Resumo

O presente artigo discute as implicações políticas e sociais da mundialização do capital, mostrando que a constituição de um mercado mundial homogêneo, idéia subjacente à ideologia da globalização, não resiste a uma análise teórica minuciosa e que a gestão conflitiva da economia mundial está longe de encerrar.

Palavras-chave: mundialização do capital; superimperialismo; ultraimperialismo; concorrência interimperialista.

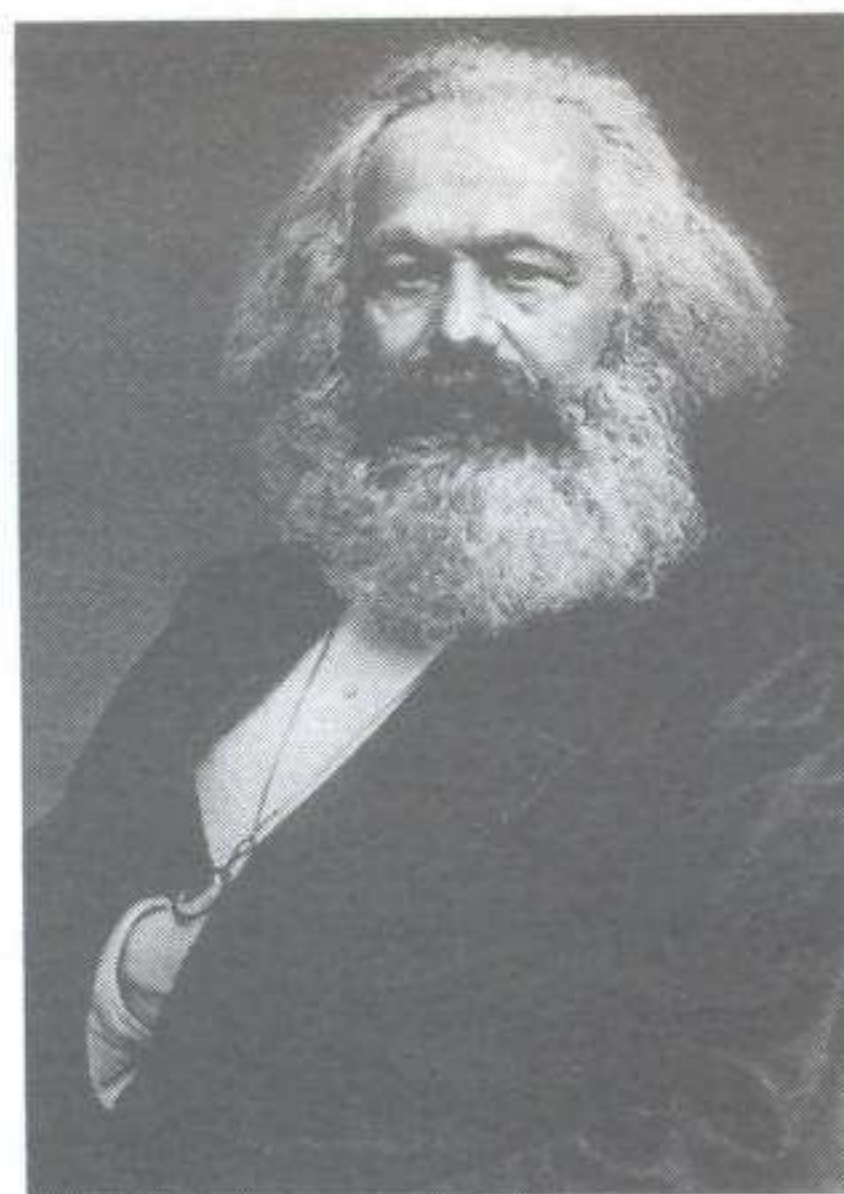
Abstract

This paper discusses the social and political implications of capital mundialization, showing at the same time that the making of a homogeneous world market, the main idea of globalization, does not resist a careful theoretical analysis and a conflictive management of world economy is a far cry to end.

Keywords: capital mundialization; superimperialism; ultraimperialism; interimperialist competition

“A base da produção capitalista é constituída pelo próprio mercado mundial” (Karl Marx, *O capital, Livro III, tomo IV*). Não se trata de utilizar uma citação célebre visando buscar um patrocínio ilustre, mas ela tem a dupla vantagem de evidenciar de imediato o problema de saber se a mundialização seja um fenômeno efetivamente novo, além de relacioná-la com o conceito de mercado mundial, que para nós é absolutamente central. Em nossa concepção a melhor abordagem do fenômeno da mundialização é examiná-la como um passo decisivo em direção à constituição do mercado mundial.

Portanto, este será o fio condutor do presente artigo.



Karl Marx

A EXTENSÃO MUNDIAL DO MERCADO

O conceito central do qual se deve partir é o de trabalho socialmente necessário. Esse remete ao processo de validação dos custos de trabalho que permitem – a partir da troca e da venda das mercadorias – estabelecer *ex post* se estão ou não de acordo com as regras do processo de troca. A concorrência que se estabelecesse entre os capitais privados encontra a sua sanção definitiva somente

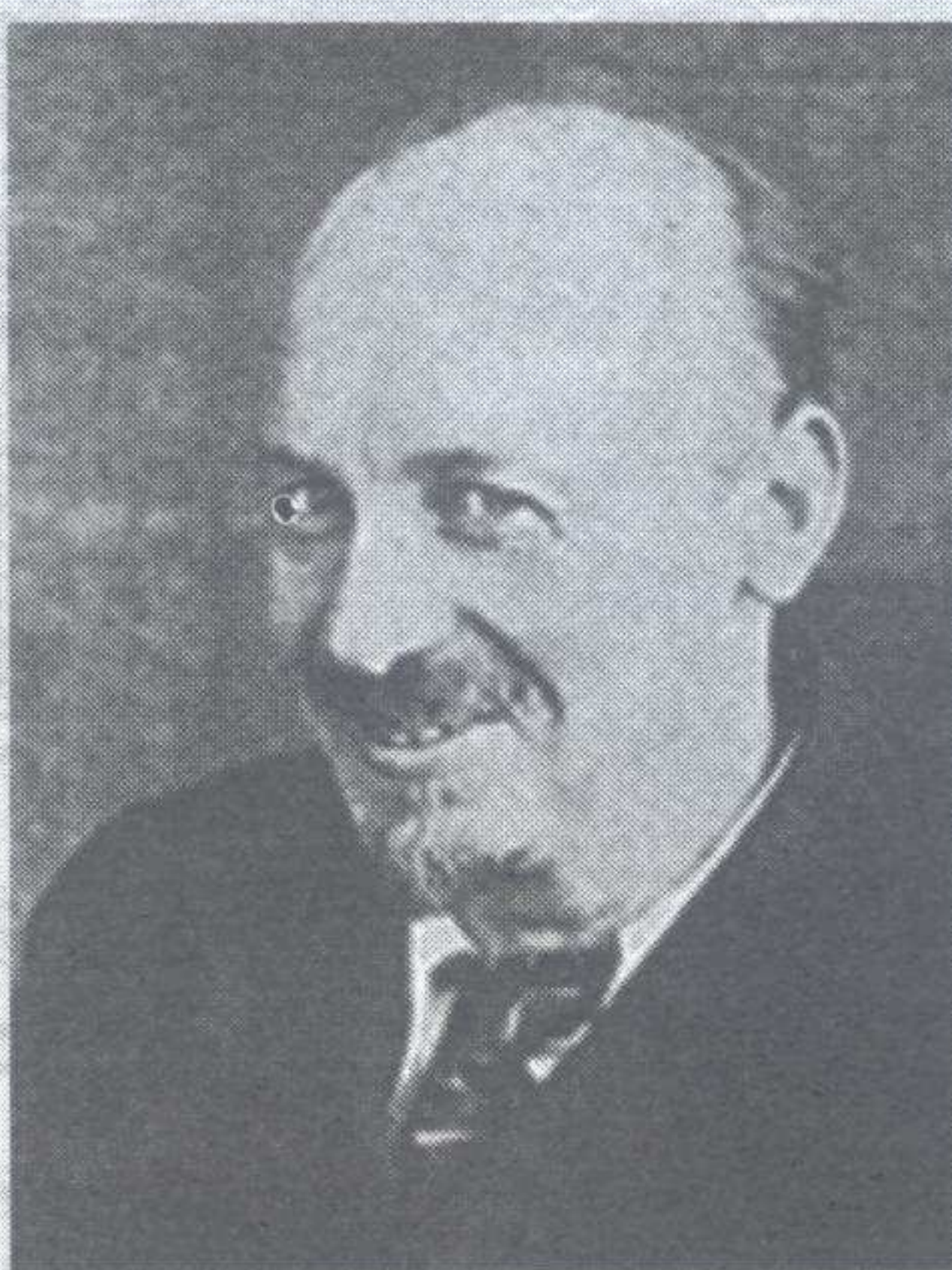
no momento da realização do valor, e isto só ocorre na esfera do mercado. Portanto, o mercado não é somente um espaço de troca, já que contribui para confirmar retroativamente as regras de produção. A mundialização não é nada mais do que o processo que permite a constituição do mercado mundial, com todas as suas características assim definidas.

* Cf. Michel Husson, “Il fantasma del mercato mondiale”, em M. Husson & D. Bensaid, *Il nuovo disordine mondiale: l'imperio oggi e il movimento che lo contesta* (Milão: Nuove Edizione Internazionale, 2001), p. 11-22. Trad. de Geraldo Magella Neres.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.22.v0n48.1294>

Para tornar mais clara essa definição, teremos de contrapor a mundialização do capital a uma representação simplificada da internacionalização do capital. Seguramente, o modelo mais adequado é aquele estabelecido por Bukharin,¹ que postula uma coincidência perfeita entre a identidade dos capitais e a dos estados nacionais. Assim, cada Estado-nação defende a ofensiva de seus próprios capitalistas na conquista de mercados e territórios, demonstrando a fusão entre os países, os capitais e o estado. Essa guerra econômica tende a se traduzir numa guerra *tout court* em decorrência dessa homogeneidade de interesses. Não obstante, o imperialismo clássico assume a forma de uma repartição do mundo entre as potências conquistadoras, com base na criação de impérios e não exatamente na constituição de um “Império”. O substrato econômico desse modelo é a coincidência entre espaços de valorização, cada um dos quais com suas próprias normas de competitividade, isto é, sua própria definição do trabalho socialmente necessário. Ocorre a entrada e transferência de valores, sem que isso implique a formação, mesmo que tendencial, de um preço mundial. Em nossa concepção, esse modelo permaneceu válido, pelo menos para os países dependentes, até o final dos anos 1980.

Existe alguma diferença entre a globalização e a internacionalização sucintamente descrita? Na literatura sobre a questão existe uma corrente que responde de forma negativa à pergunta, demonstrando que na realidade não há nada de novo sob o sol. A economia mundial se caracterizaria por longos ciclos, marcados pela alternância de fases de abertura e de protecionismo. É evidente que as últimas duas décadas substituem uma fase (1920-1970) em que o comércio e o movimento de capitais se davam de forma menos intensa. Os defensores dessa tese – entre os quais podemos citar Hirst, Thompson ou Bairoch –² propõem alguns indicadores que possibilitam medir o grau de abertura da economia dos países centrais ao livre comércio ou à internacionalização das finanças, evidenciando como tais indicadores atingiram agora níveis elevados, porém de forma alguma inéditos, se considerarmos a *belle époque* (1890-1914) do imperialismo clássico.



Bukharin

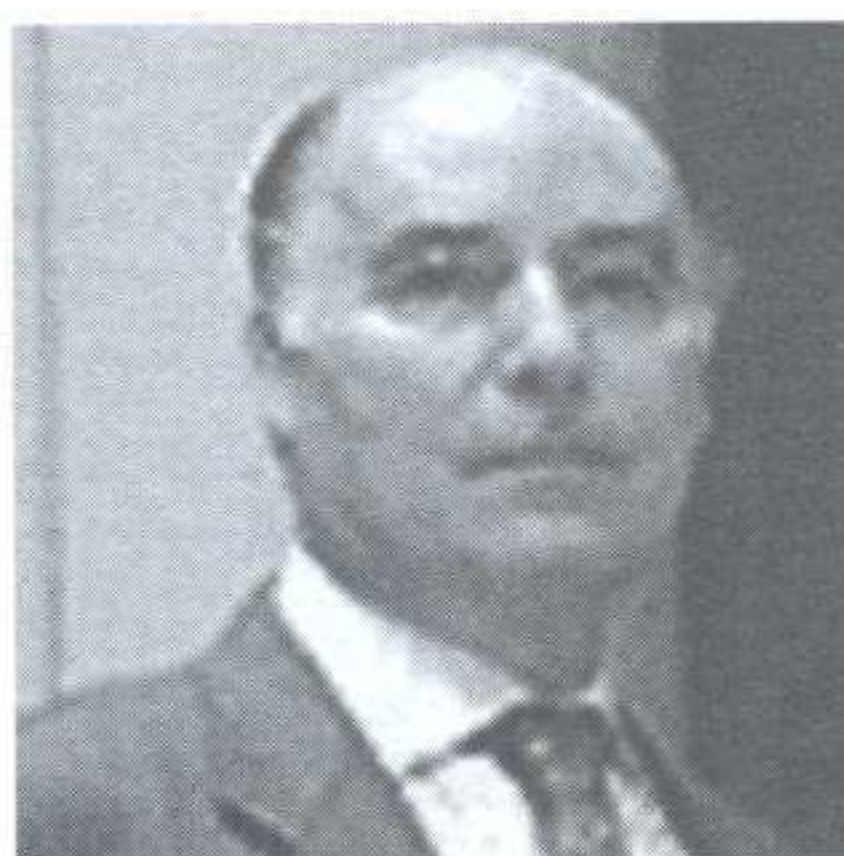
Essa pesquisa quantitativa não apreende todas as transformações qualitativas presentes no fenômeno, sobretudo, a tendência de constituição de um mercado mundial e a formação de preços em escala mundial. A liberação do comércio e dos movimentos de capitais não caíram do céu, mas decorreram de uma série de decisões ou de operações institucionais que visaram eliminar todos os obstáculos à sua efetivação (muito diferentes entre os diversos países: desde impedimentos institucionais, regras ou normas de produtividade, legislação salarial e previdenciária, etc.). De agora em diante, o reconhecimento de um trabalho privado (no sentido de capital privado) como socialmente necessário, é decidido com base no confronto que envolve, pelo menos potencialmente, todos os produtores do planeta. Essa tendência não decorre diretamente da ampliação das trocas comerciais, mas se deve muito mais ao modelo imposto pelas grandes empresas multinacionais, que contribui para efetivar esta concorrência direta.

UM MERCADO MUNDIAL INCOMPLETO

Essa tendência à constituição de um mercado mundial é claramente manifesta, mas é preciso saber com que contra tendências irá se chocar. No bojo desse movimento de formação de um mercado mundial existe uma importante contradição que consiste em ignorar os diferentes níveis de produtividade existente entre as diversas áreas econômicas do mundo. A ignorância dessa realidade fica evidente naquilo que é definido como “efeito de exclusão”. O postulado central da mundialização capitalista – que claramente não funciona – é que a tendência de constituição de um mercado mundial levará à convergência dos níveis de produtividade. O FMI, por exemplo, escreve que “permitindo uma maior divisão do trabalho [...] a globalização se traduz em aumento da produtividade e da qualidade de vida [...] A concorrência internacional melhora a qualidade da produção e aumenta a sua eficácia”.³

Este é um dos principais argumentos a favor da abertura ao mercado mundial que, graças ao aumento da concorrência, permitiria potencializar os

resultados das economias nacionais. Aqui reside também a forte objeção dirigida contra os modelos nacionais autônomos de desenvolvimento, cujo protecionismo perpetuaria os resultados medíocres das economias periféricas. Porém, na realidade, a homogeneização dos ganhos só ocorre com a eliminação dos menos eficientes. Uma das características fundamentais da lógica do mercado mundial é vincular a determinação do trabalho socialmente necessário aos resultados alcançados pelos produtores mais eficientes, excluindo os menos eficientes, e recusando assim reconhecer a importância social desses produtores potenciais. Ou seja, as regras da hiperconcorrência econômica dos países centrais é disseminada para todas as regiões do mundo, levando à extinção aqueles que não se adaptarem à nova realidade. O desemprego e o



Vito Tanzi

subemprego constituem – desse ponto de vista – um fenômeno universal e idêntico na sua lógica estrutural, independentemente do nível de desenvolvimento absoluto de uma determinada região econômica.

Essa negação da realidade leva a uma verdadeira fragmentação no interior de cada formação social: uma parcela da população se insere no mercado mundial, enquanto a outra permanece

de fora. Cada país, ou cada região da economia mundial, se coloca assim na intersecção de dois tipos de valorização: o mercado mundial dita as regras de referência aos setores da economia abertos à concorrência internacional, enquanto o valor da força de trabalho continua a ser estabelecido principalmente no contexto do mercado interno. Essa dupla inserção poderia ser gerida sem contradições se pudesse ser instituído um dualismo perfeito, na forma de uma dicotomia econômica e social completa entre as duas “zonas” de um determinado país. Mas, exatamente porque essa desconexão das partes é impossível, a estruturação da economia mundial permanece fundamentalmente contraditória. A exclusão de alguns produtores impossibilita a satis-

fação de uma demanda social que seria suprida pela oferta nacional, viável com base no seu nível médio de produtividade, mesmo que esta não atinja os níveis impostos pelo mercado mundial.

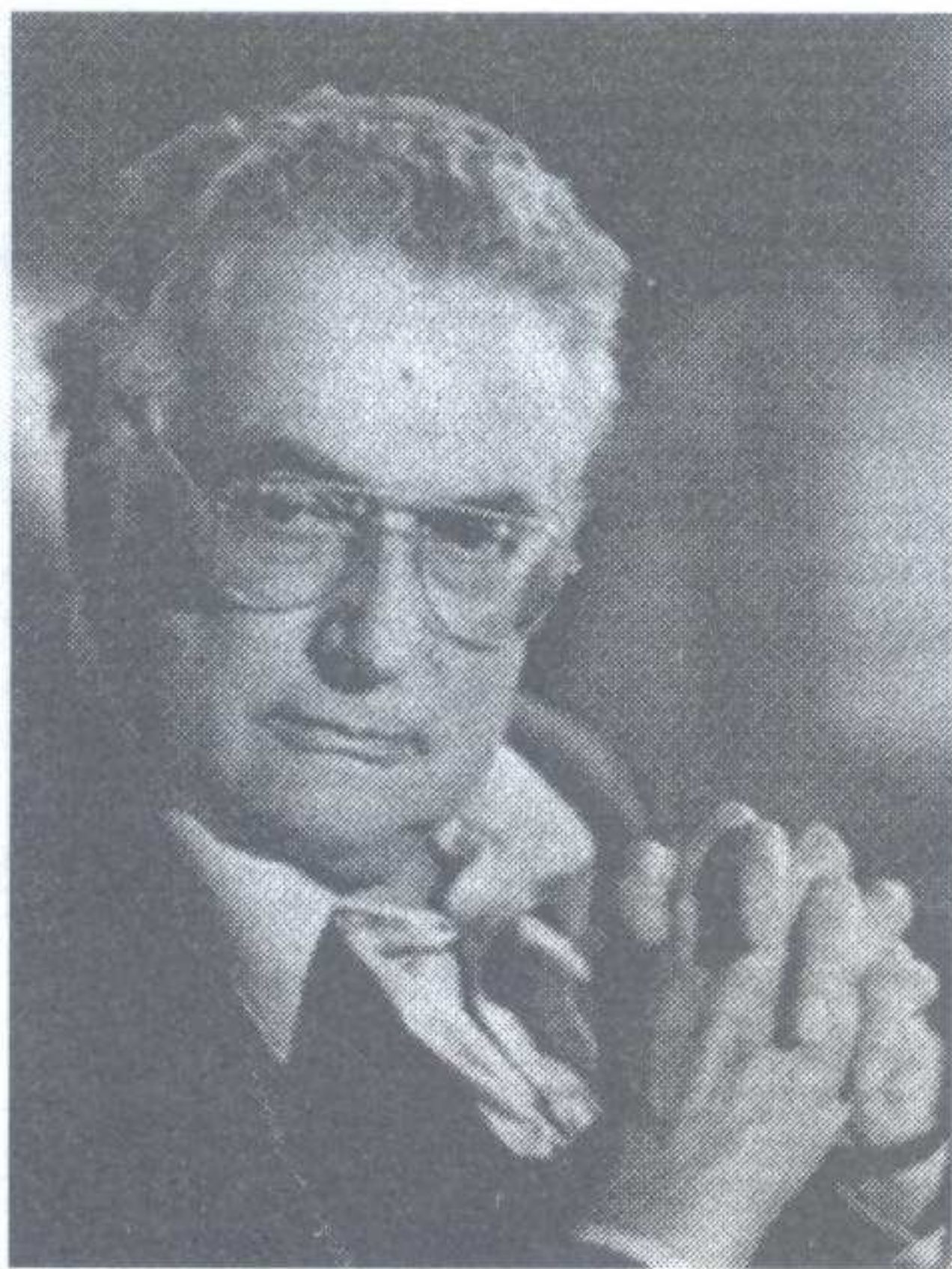
A RECONVERSÃO DO ESTADO NACIONAL

Esse quadro exerce uma repercussão ambígua sobre os Estados. Por sua vez, o dualismo assim instaurado tende a diluir parte da consistência do Estado: sua autonomia em matéria fiscal ou monetária se reduz de forma considerável e, como conseqüência, também a sua capacidade de gerir políticas sociais. Pode-se citar a respeito dessa questão a análise do ex-diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI, Vito Tanzi,⁴ segundo a qual “o melhor dos mundos” (*brave new world*) se caracterizará pelo incremento das “*tax termites*”, que minam a receita fiscal do Estado: transferências de capitais, remessas de lucros, comércio eletrônico, paraísos fiscais, novos produtos financeiros, comércio interno entre multinacionais, guerra fiscal, moeda eletrônica. É preciso, portanto, estabelecer algumas medidas de controle, e Tanzi cita a própria taxa Tobin e propõe a criação de um Organismo Fiscal Internacional (World Tax Organization); porém, tal organismo, no melhor dos casos, só poderia mitigar um pouco da enorme pressão exercida pela globalização sobre os recursos fiscais dos Estados.

Ao mesmo tempo, a globalização exige o aumento de investimentos em matéria de educação, pesquisa, infra-estrutura e “reformas estruturais”. Os gastos sociais são limitados pela “morsa” da redução de recursos e pelo aumento de uma série de novas despesas. O objetivo é voltar à situação de início dos anos sessenta, quando os gastos públicos não superavam em média 30% do PIB. O aumento dos gastos públicos seria relativamente recente e, portanto, facilmente reversível; pelo menos na retórica de Tanzi, que acrescenta um outro argumento: não é garantido que o aumento dos gastos públicos tenha efetivamente melhorado o bem-estar social, não mais do que se teria alcançado com um aumento mais rápido da renda individual disponível. Essas tendências implicam uma transformação radical da proteção social. Neste sentido, se pode

Ao mesmo tempo, a globalização exige o aumento de investimentos em matéria de educação, pesquisa, infra-estrutura e “reformas estruturais”.

falar a respeito de “*des-socialização*” e de “*des-universalização*”. A *des-socialização* é o objetivo declarado das políticas neoliberais, que postulam o retorno a uma fase anterior de menor *socialização* dos gastos públicos. Em alguns dos casos, busca-se diminuir os impostos instituídos; em outros, se aconselha reduzir – sem despertar os ânimos grevistas – o número de funcionários.⁵ A *des-universalização* consiste na recusa à concepção de proteção social baseada na garantia dos direitos sociais para todos, com a desculpa de que, apesar das boas intenções, essa seria fonte de ineficiência e de injustiça. A nova concepção se baseia inteiramente na assistência dirigida aos muito pobres, funcionando com base no princípio de minimização dos custos que a globalização torna inevitável. Nessas condições, o Estado recuperaria um papel, certamente difícil de manter, de legitimação do novo modelo. Já que essa tarefa é praticamente impossível de ser executada pelo Estado, torna-se então plausível o recurso a um modo de dominação abertamente repressivo. A nova ordem econômica mundial não dispõe de um sistema de “eclusas” que permita a comunicação entre essas zonas com níveis de produtividade muito diferenciados, permitindo que se confrontem diretamente no contexto de um mercado mundial unificado. Ao ignorar essa realidade topográfica, o desenvolvimento torna-se cada vez mais desigual e menos combinado. A lei do valor continua funcionando em escala internacional, mas de forma tão desequilibrada que não conduz à homogeneização da economia mundial; antes, ao contrário, aponta para a sua fragmentação ulterior.



Mandel

QUAL IMPERIALISMO, HOJE?

Ainda que a tendência à globalização seja inegável, ela está longe de se concluir; e é isto que muitas das análises da economia mundial ignoram. De nossa parte, adotamos a metodologia de Mandel,⁶ que consiste em examinar a hipótese do ultra-imperialismo relacionando-o com a formação de um sistema de custo de produção unificado. Em sua opinião, a equalização das taxas de lucro só se torna possível “no contexto do mercado nacional”. Para que esse processo se amplie em escala mun-

dial seria necessário não só uma grande mobilidade de capitais, mas também a formação de uma “economia capitalista homogênea”. Segundo Mandel, três modelos hipotéticos poderiam ser concebidos: superimperialismo, ultra-imperialismo e concorrência interimperialista.

No modelo do superimperialismo,

uma única grande potência imperialista deteria uma hegemonia tão completa que os outros Estados imperialistas perderiam qualquer autonomia real diante de si, sendo reduzidos ao estatuto de potências semicoloniais secundárias. A longo prazo, um processo desse gênero não poderia se basear exclusivamente na dominação militar do superimperialismo – concretamente, somente o imperialismo americano poderia desempenhar esse papel.

No modelo do ultra-imperialismo,

a interpenetração dos capitais chegaria a um grau tão grande que as divergências de interesses desapareceriam completamente [...] Neste caso, permaneceria somente a concorrência entre hiperempresas multinacionais; a concorrência interimperialista desapareceria, isto é, a competição finalmente se separaria de sua base nacional. Porém, evidentemente, mesmo nessas condições o Estado imperialista não desapareceria [...] Simplesmente, não se trataria mais de um Estado nacional imperialista, mas de um Estado mundial imperialista supranacional.

No modelo da persistência da concorrência interimperialista,

a interpenetração internacional de capitais estaria suficientemente desenvolvida para permitir que um número maior de grandes potências imperialistas independentes sejam substituídas por um número menor de superpotências imperialistas; porém, a constituição de uma comunidade de interesses do capital se veria frustrada em decorrência dos inúmeros obstáculos legados pelo desenvolvimento desigual do capital. A fusão dos capitais se efetuará em nível continental, e a competição imperialista intercontinental acabaria por se agudizar ainda mais.

Atualmente, a tese de que a mundialização em curso aponta para a concretização do modelo do ultraimperialismo está bastante difundida: Odile Castel reivindica explicitamente a definição de Mandel;⁷ e uma concepção análoga pode ser en-

contrada na obra de Michel Hardt e de Antônio Negri.⁸ Essa concepção pode ser resumida na posição de princípio adotada por Negri:

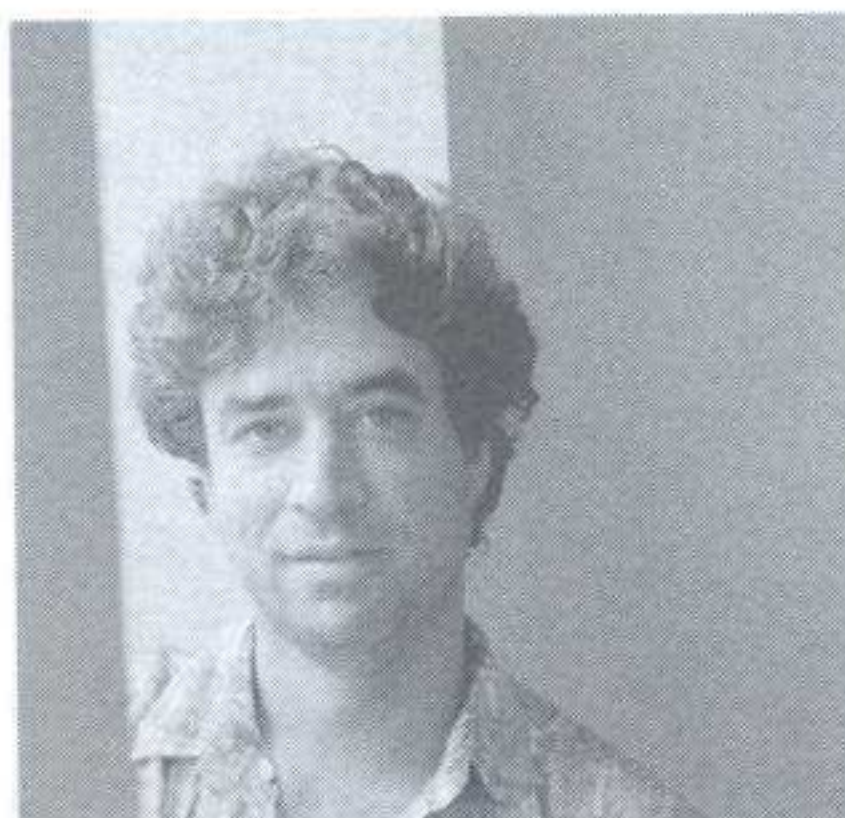
Na atual fase imperial, não existe mais imperialismo – ou, quando este subsiste, assume a forma de um fenômeno de transição para a circulação de valores e poderes dentro do Império. Tampouco existe Estado nacional: desaparecem os elementos fundamentais da soberania – militar, política e cultural – reabsorvidos ou substituídos pelos poderes centrais do Império. A subordinação dos antigos países coloniais aos Estados nacionais imperialistas, assim como a hierarquia imperialista dos continentes e das nações, também diminui ou desaparece: tudo se reorganiza em função do novo horizonte unitário do Império.

OS CAPITAIS NÃO SE LIBERTARAM DE SUAS AMARRAS

Em certo sentido, essa representação fantasmagórica representa um contraponto ao fantasma do mercado mundial neoliberal. Todavia, não resiste a um exame minucioso das relações das empresas com seus respectivos Estados. As empresas multinacionais simplesmente desejam o impossível: por um lado, pressionam no sentido da constituição de uma ordem mundial fundada no princípio da liberdade absoluta do capital e, evidentemente, neste quesito concordam entre si; no entanto, por outro lado, continuam a se apoiar em seus respectivos Estados de origem, e é este ponto que ilustraremos de diversos ângulos.

O Ministério de Economia da França acaba de realizar um estudo detalhado a partir de uma base de dados (privada) que inclui as 83.000 filiais das 750 maiores empresas mundiais. Esse estudo minucioso conclui que

as multinacionais [...] se encontram geralmente melhor inseridas em seus países de origem [...] Quase metade do efetivo (ativo líquido) das empresas sediadas na Europa não procede das empresas européias (isto é, empresas operando em escala da UE), se excluídas as empresas nacionais (“domésticas”); porém, esta cifra baixa para somente 10% quando se considera os efetivos domésticos. Este mesmo percentual de 10% é válido para a América do Norte, sendo inferior a 3% para o Japão. No caso específico da França, constata-se que



Michael Hardt

77% do efetivo das multinacionais sediadas no país pertence a empresas francesas, 12% a empresas européias e 11% a empresas de outras nacionalidades.⁹

Portanto, existe uma relação privilegiada com o mercado interno nacional, que continua – de forma bastante generalizada – a desempenhar o papel de retaguarda. Assim, a situação se distancia bastante da outra característica que Mandel associava à constituição do hipotético ultraimperialismo: “O conjunto dos grandes capitalistas teriam repartido uniformemente a propriedade dos capitais, a produção e a realização da mais-valia até o ponto em que seus novos investimentos nos diferentes continentes e países se tornassem completamente insensíveis à conjuntura particular de um determinado país”. Não nos encontramos diante de tal configuração.

A “NOVA ECONOMIA” NÃO É MUNDIAL

Um segundo exemplo dos laços mantidos entre capitais e Estados é dado pela “nova economia” nos Estados Unidos. A principal questão colocada pelo fenômeno é sua possível extensão para o resto do mundo, sobretudo para a Europa. Se a tese do ultraimperialismo ou a do “Império” estivessem corretas, então esta admirável economia em rede deveria levar a uma rápida difusão das novas tecnologias. A velha Europa deveria rapidamente se beneficiar das vantagens dessa nova economia. Mas, até o presente momento, não é este o caso, visto que a produtividade do trabalho e os investimentos se encontram bem abaixo da tendência dinâmica verificada nos Estados Unidos. Se a isto se acrescenta o espetacular enfraquecimento da economia japonesa no último decênio, percebe-se que a arena imperial permanece bem mais compartimentada do que sugerem certas interpretações.

Há cerca de uma década era freqüente a alusão à estruturação da economia mundial na forma de uma tríade relativamente harmônica, na qual os Estados Unidos, a Europa e o Japão coordenariam a inserção de suas respectivas áreas de influência. Este esquema subestimava completamente os desequilíbrios entre cada uma dessas grandes potências e o concomitante restabelecimento dos Es-

tados Unidos como superpotência. Em muitos aspectos, o fenômeno da nova economia e sua localização nos Estados Unidos da América somente pode ser explicado em razão dessa dessimetria fundamental. De fato, a economia dos Estados Unidos da América apresenta o duplo luxo de uma vigorosa retomada dos investimentos (provavelmente excessiva, se consideradas as condições de valorização) e de um alto crescimento do consumo, lastreados numa redução contínua da taxa de poupança das famílias. O reverso é um considerável déficit externo, coberto por capitais provenientes do resto do mundo. Trata-se de um privilégio de potência dominante, que não pode ser compreendido se examinamos a realidade sob o prisma do conceito de "Império".

Esse predomínio reafirmado dos Estados Unidos da América não está isento de tensões, e a gestão conflitiva da economia mundial está longe de se encerrar. Podemos fornecer exemplos recentes, como o conflito entre a Boeing e a Airbus, o fracasso de Seattle, em decorrência de divergências entre a Europa e os Estados Unidos da América; ou, ainda, a recusa de Bush em ratificar o protocolo de Kyoto. Mas é sobretudo no campo monetário que essas contradições se manifestam de modo mais evidente. Pode-se defender a tese de que o forte crescimento da economia americana teve como contrapartida o enfraquecimento da economia japonesa. Nos acordos de Plaza de 1985, os Estados Unidos da América impuseram ao Japão a revalorização de sua moeda, freando assim definitivamente o crescimento de suas exportações. No momento, para revitalizar a economia japonesa, marcada pela redução das taxas de investimentos, seria necessário, como nos diz Patrick Artusi:¹⁰ "Uma alta desvalorização do iene, atingindo a cotação de 140-150 ienes por dólar." Porém, os Estados Unidos se opõem a isto, e o especialista destaca como prova "a rápida reação do tesouro americano (e também da China, que é menos surpreendente) tão logo a desvalorização atingiu a cotação de 125 ienes por dólar, detendo a desvalorização exatamente nessa taxa de câmbio. É certo que a desvalorização do iene ocorreria num momento político delicado, marcado pelas dificuldades da indústria automobilística e pela preocupação da administração Bush em não agravar a recessão com



Antonio Negri

mais uma elevação do dólar. É preciso entender, porém, que essa foi uma reação protecionista, que acabou condenando a economia japonesa à estagnação". Como ilustrar melhor o forte condicionamento do mercado mundial em benefício da superpotência?

Em resumo, nossa tese consiste em defender que a mundialização capitalista existente combina de modo contraditório com os três modelos puros postulados por Mandel. Ou seja, ela cria uma autêntica tendência ao ultra-imperialismo, distinto da constituição de um mercado mundial dotado de todos os seus atributos. Mas as tensões e os desequilíbrios inerentes a um processo desse gênero reafirmam o papel da potência dominante como elemento de coerência do conjunto, conforme aquilo que Mandel chamava *superimperialismo*. Enfim, esse duplo mecanismo divide o Estado em duas funções contraditórias, revitalizando assim as contradições interimperialistas. Provavelmente, pode-se afirmar que esta forma de colocar o problema nada mais é do que uma cômoda presbidigitação teórica. Seja como for, é absolutamente fundamental considerar o processo de globalização como sendo um processo essencialmente contraditório.

É PRECISO COMBATER A GLOBALIZAÇÃO, MAS ONDE ESTÁ O ADVERSÁRIO?

A verdade está no adjetivo: não lutamos contra a globalização, mas sim contra a globalização capitalista; porque essa representa a suprema forma da razão mercantil – que, por sua vez, consubstancia o ápice da irracionalidade. Deixemos de lado o tratamento mercantil de uma série de questões importantes, que inclui desde o efeito estufa (e a criação de um mercado da poluição) até os medicamentos contra a Aids (acordo das multinacionais para a criação de um preço mundial único), para nos limitarmos à questão da ordem econômica mundial. Ou seja, nosso objetivo é abordar a irracionalidade fundamental da nova ordem que está sendo instituída pelo capitalismo. O postulado sobre o qual se baseia a defesa da globalização em curso, simplesmente ignora a realidade: colocar em concorrência direta zonas econômicas com níveis diferenciados

de produtividade não conduz à convergência, mas sim à exclusão. Conseqüentemente, a máxima abertura comercial e a liberdade absoluta de ação assegurada aos capitais não constitui um modelo de desenvolvimento. Toda a experiência recente demonstra isso, e essa é a lição prática a ser retirada da crise, que o digam os diligentes discípulos que aplicaram essa fórmula. Aqui reside outro ponto de discordância com relação à análise de Hardt e Negri, que faz da “multidão” o sujeito da resistência e da mudança contra o “Império”. Essa representação indiferenciada de um novo proletariado globalizado contrasta inevitavelmente com os níveis diferenciados e com o acréscimo recente dos fenômenos de dependência. Se retomarmos a história das teorias da dependência, poderemos assinalar um novo paradoxo, que se assemelha a uma contradição em termos. As teorias da dependência, que prognosticavam a impossibilidade de desenvolvimento do Sul, prosperaram no momento exato em

A desregulamentação generalizada acompanha *pari passo* os avanços constantes de regulamentação da propriedade intelectual.

que o modelo de substituição de importações registrava um êxito real. Por exemplo, no México, entre 1960 e 1976, o PIB *per capita* cresceu cerca de 3% ao ano; mas só 1,2% entre 1976 e 2001. Já o salário *per capita* cresceu 5% ao ano entre 1960 e 1976; porém caiu 1,6% ao ano no último quarto de século. Certamente que não se trata de idealizar esse modelo, que tinha seus limites óbvios, mas de relativizar a crítica

de que levava necessariamente a um baixo crescimento econômico; enquanto se verificava era exatamente o oposto. Conseqüentemente é hoje que as teorias da dependência adquirem validade renovada, especialmente em sua versão dualista.

Lutar contra a globalização capitalista por meio de uma nova regulamentação do comércio e do movimento de capitais não é necessariamente assimilável à defesa do Estado nacional. Em geral, é necessário superar a falsa alternativa – por sinal, bem pouco dialética – que consiste em defender que: não confrontar-se diretamente com o governo mundial equivale a sucumbir à evocação nostálgica, impotente ou reacionária do Estado nacional. Este é o dilema no qual Negri queria nos encerrar:

“Lutar contra o Império em nome do Estado nacional revela uma total incompreensão da realidade da autoridade supranacional, de sua configuração imperial e de sua natureza de classe que é uma mistificação”.

Esse posicionamento pode parecer bastante radical, mas não é nada operativo. Em primeiro lugar, como já assinalamos, persistem – e, inclusive, se aprofundam – os traços de dominação. Sem dúvida, a economia mundial nunca foi tão hierarquicamente estruturada como hoje, e essa hierarquia é cuidadosamente mantida pelas multinacionais, que estão sempre vigilantes para que suas filiais não “ultrapassem os limites”, transformando-se em concorrentes, segundo o modelo coreano. Assim, as transferências de tecnologia passaram a ser sistematicamente controladas ou suspensas. A desregulamentação generalizada acompanha *pari passo* os avanços constantes de regulamentação da propriedade intelectual. Esta é outra contratendência diante da constituição de um verdadeiro mercado mundial, demonstrando que os oligopólios mundiais não são assim tão cosmopolitas.

Considerando-se essa dessimetria, torna-se necessário distinguir o protecionismo dos dominados, que é um direito a ser defendido de forma absoluta do protecionismo dos dominantes, que é um privilégio que deve ser constantemente criticado. Nos países do Sul, não é possível qualquer projeto de desenvolvimento nacional que não introduza formas de controle sobre os movimentos de capitais. Os países menores só podem conquistar alguma autonomia opondo à globalização uma regionalização que possibilite administrar a sua inserção no mercado mundial. Os Estados Unidos da América têm clara consciência disto, tanto que contrapõem a Alca (seu projeto de área de livre comércio) ao Mercosul, projeto bem mais modesto. Em resumo, o controle sobre o capital constitui o objetivo central de qualquer estratégia contra os tratados, reuniões de cúpula e acordos mais ou menos clandestinos que caracterizam a globalização capitalista. Todos esses mecanismos são, de fato, instrumentos voltados para a defesa e imposição dos direitos do capital diante de qualquer forma de controle social.

O argumento de Tanzi explicita claramente as conseqüências da autonomia fiscal, demonstrando que a defesa do Estado nacional deve ser feita não

como a encarnação da nação contra o cosmopolitismo do capital, mas como o único instrumento capaz de impor algum controle sobre ele. Quanto ao governo mundial, só podemos concordar que, no melhor dos casos, só existe fragmentos desse Estado mundial utópico, que poderia intervir e assumir as funções reguladoras da economia global.

Uma segunda razão, evocada menos frequentemente, baseia-se na distinção entre capitais e burguesia. Certamente os capitais se deslocam a seu bel prazer. Em qualquer parte do mundo as classes dominantes são parceiras associadas em defesa da globalização, da qual extraem grandes vantagens. Os conceitos de “burguesia nacional” e de “nação proletária” foram esvaziados de sua consistência teórica pela globalização capitalista. Porém, se os capitais circulam, as burguesias permanecem nos seus países de origem, e os seus interesses concretos como grupos sociais são impostos pelas leis e normas jurídicas estabelecidas em nível funcional. Um pouco como o “fator trabalho”, a mobilidade das burguesias concretas (consideradas empiricamente) é relativamente pequena. Apesar da “fuga de cérebros”, a *desnacionalização* da burguesia permanece um *blefe*. Assim, grande parte da luta de classes, como a distribuição dos privilégios sociais, ocorre à nossa volta, e o Estado continua a interferir como fiador desses privilégios. De outra forma, não se poderia compreender a extrema reticência dos governos nacionais europeus e de seus mandatários em transferir para a burocracia da UE as suas funções estatais.

Atribuir à “multidão” uma luta dirigida contra um governo mundial que ninguém sabe exatamente onde se encontra constitui um grande risco de levar o desânimo aos movimentos sociais. A grandeza da tarefa, a extrema distância do adversário e seu evidente poderio podem muito bem desembocar num misto de discurso ultra-radical, marcado por tons nihilistas, e levar a ações autolimitadas para objetivos políticos mais corriqueiros. Um certo discurso sobre a globalização é perfeito para escamotear e desconsiderar o nível nacional.

A superação deste dilema passa por aquilo que podemos chamar “estratégia de extensão”: trata-se de conferir às mobilizações, sejam locais, sejam nacionais ou sejam dimensões internacionais, que implica duas conseqüências. A primeira poderia ser definida como reivindicatória: É preciso se dirigir

ao próprio Estado ou ao seu governo para exigir que defenda nas instâncias internacionais posições em sintonia com as aspirações sociais. Portanto, é preciso desmascarar as desculpas dos governantes de que são impotentes diante da mundialização. Por isto, é fundamental esclarecer que as instituições internacionais dificilmente contrariam os interesses dos governos nacionais, especialmente no caso da União Européia. Mas, além de dirigir aos governos nacionais, é preciso criar formas transversais de organização que superem os arcaísmos das burocracias sindicais. Essa estratégia não é um sonho, já que estamos assistindo a sua elaboração diante de nossos olhos, de Vilvorde à Danone.

A globalização capitalista está criando a base material de um internacionalismo objetivo dos trabalhadores. Seus excessos ultraliberais levam a movimentos de rejeição que, de maneira crescente, geram formas experimentais de anticapitalismos concretos. As duas tendências contribuem para uma acelerada convergência das lutas “antiglobalização” e das lutas sociais. Sendo assim, o risco do “soberanismo” é real, mas limitado. Ademais, a melhor garantia contra ameaças desse gênero – e, como tal, a única garantia – é o crescimento e o reforço de um internacionalismo genuína e conscientemente anticapitalista.

NOTAS

- 1 N. Bucharin, *L'economia mondiale e l'imperialismo*.
- 2 P. Hirst & G. Thompson, *Globalization in question* (Cambridge: Polity Press, 1996); P. Bairoch, *Mythes e paradoxes de l'histoire économique* (Paris: L Découverte, 1994).
- 3 “Bolletín du FMI”, 19 de maio de 1996, *apud* R. Passet, *Eloged du mondialisme par um 'anti'présuné* (Paris: Fayard, 2001).
- 4 V. Tanzi, “Globalization and the Future of Social Protection”, em IMF Working Paper, nº 00-12, janeiro de 2000.
- 5 O Banco Mundial conta com um serviço especial chamado Shrinking Smartly.
- 6 E. Mandel, *Le troisième âge du capitalisme*, 3 vols. (Paris: Union Generale d'editions, 1976) (v. II, cap. 10)
- 7 O. Castel, “La naissance de l'ultra-imperialisme: une interpretation du processus de mondialization”, em G. Duménil & D. Lévy (orgs.), *Le triangle infernal: crise, mondialization, financiarisation* (Paris: PUF, 1999).
- 8 A. Negri, “L'Impero, stadio supremo dell'imperialismo”, em *Le Monde*, Paris, janeiro de 2001.
- 9 E. Bourcier & F. Benaroya, “Le grands groupes français face la mondialisation”, em *Les Notes Bleues de Bercy*, nº 196-197, dezembro de 2000.
- 10 P. Artusi, “125 par dollar: la limite de dépreciation du yen que les Américains son prêts à accepter”, em *Flash*, nº 201-75, CDX Ixis, 10 de maio de 2001.